



Jornal URBANITÁRIO

Ano XVIII- Janeiro de 2026



PRIVATIZAÇÃO DA SABESP FAZ FALTA D'ÁGUA VOLTAR À BAIXADA SANTISTA APÓS 40 ANOS

Mais de 5.700 trabalhadores desligados, manutenção abandonada e tarifa em alta expõem o fracasso de um modelo que trata água como mercadoria.

DA Baixada Santista voltou a sofrer com falta d'água após a privatização da Sabesp. Mais de 5.700 trabalhadores foram desligados, enfraquecendo a manutenção e a operação do sistema. Mesmo com promessa de não aumentar, a tarifa subiu. Água é direito, não mercadoria.

 Leia a matéria completa na **página 04**



Imagem criada por IA

Eleições para Representante Sindical

O período para inscrição terá início no dia 26 de janeiro de 2026 às 9hs e término no dia 30 de janeiro de 2026 às 17hs.. Veja as regras e faça sua inscrição

Página 02

Mercado aponta CPFL como uma das favoritas para substituir a Enel em São Paulo

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) dará início ao processo de caducidade do contrato da Enel em São Paulo

Página 08

**INFORMATIVO DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS URBANAS DE
SANTOS, BAIXADA
SANTISTA, LITORAL SUL E
VALE DO RIBEIRA**

**Impressão: Grafinorte
Tiragem: 2.000 exemplares**

EXPEDIENTE

**PRESIDENTE
Tanivaldo Monteiro Dantas**

**SECRETÁRIO DE
COMUNICAÇÃO
Ricardo Sales**

**REDES SOCIAIS
Beatriz Araújo**



[www.instagram.com/
sintiusurbanitarios/](https://www.instagram.com/sintiusurbanitarios/)



[www.facebook.com/
urbanitariossantos](https://www.facebook.com/urbanitariossantos)



[www.youtube.com/
user/UrbanitariosSantos](https://www.youtube.com/user/UrbanitariosSantos)



SEDE - SANTOS

**Rua São Paulo, 24/26, Vila Mathias CEP
11075-330 Caixa Postal 564**

**Telefone: (13) 3226-3200
WhatsApp: (13) 99711-9388**

SUBSEDE DE REGISTRO

**Rua Pariquera-Açu 174, Vila Tupi.
CEP: 11900-000**

**Telefone / WhatsApp:
(13) 99645-5361**

**E-mail:
comunicacao@sintius.org.br
Site: www.sintius.org.br**

ELEIÇÃO SINDICAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ELEIÇÕES PARA REPRESENTANTE SINDICAL**

Nos termos do artigo 36 “f” do Estatuto vigente estão convocados todos os associados, lotados nas unidades adiante relacionadas e que estiverem no gozo de suas prerrogativas sociais, para a eleição de Representante Sindical do biênio 2026/2028, com início do mandato em 01 de março de 2026, a ser realizada no dia 04 de fevereiro de 2026 das 7:30 às 16:30.

O período para inscrição terá início no dia 26 de janeiro de 2026 às 9hs e término no dia 30 de janeiro de 2026 às 17hs. As secretarias da sede e da sub-sede estarão funcionando para o recebimento das inscrições de 2ª à 6ª feira das 9hs às 17hs.

Para coleta de votos serão instaladas das 7:30 às 16:30 as mesas receptoras nos seguintes locais onde serão eleitos os candidatos, conforme número de vagas nos locais abaixo relacionados:

Urna 1 – Start – 1 vaga

Urna 2 – B. Tobace – 1 vaga

Urna 3 – Nova Luz – 1 vaga

Urna 4 – Cedri – 1 vaga

Urna 5 – Isa Energia – 1 vaga

Urna 6 – Cetesb – 1 vaga

Urna 7 – CDG – 1 vaga

Urna 8 – CPFL Agências – 1 vaga

Urna 9 – CPFL EA Cubatão/EA Vic. Carvalho. – 1 vaga

Urna 10 – CPFL EA Praia Grande – 1 vaga

Urna 11 – CPFL EA Santos – 1 vaga

Urna 12 – CPFL EA São Vicente – 1 vaga

Urna 13 – Sabesp Registro/ Sete Barras/ Pariquera-Açu – 1 vaga

Urna 14 – Sabesp Ilha Cumprida/ Iguape/ Cananéia – 1 vaga

Urna 15 – Sabesp Jacupiranga/ Cajati/ Eldorado/ B. do Turvo/ Iporanga – 1 vaga

Urna 16 – Sabesp Juquiá/ Miracatu/Pedro de Toledo – 1 vaga

Urna 17 – Sabesp Central – 1 vaga

Urna 18 – Sabesp Garagem São Vicente – 1 vaga

Urna 19 – Sabesp Divisão Praia Grande – 1 vaga

Urna 20 – Sabesp Estações e Reservação Praia Grande – 1 vaga

Urna 21 – Sabesp Mongaguá -1 vaga

Urna 22 – Sabesp Itanhaém Estação Mambú -1 vaga

Urna 22 – Sabesp Divisão Peruíbe – 1 vaga

Urna 23 – Sabesp Estações Peruíbe – 1 vaga

Urna 24 – Sabesp Bertioga – 1 vaga

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Nova lei protege idosos 60+ e facilita renegociação das dívidas mais comuns

A partir da Lei 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, consumidores com 60 anos ou mais ganharam uma proteção especial para renegociar dívidas e preservar sua renda mínima, especialmente aposentados e pensionistas — que são o grupo mais vulnerável ao crédito abusivo no país.

A legislação não perdoa automaticamente dívidas, mas cria mecanismos que facilitam a reorganização financeira do idoso, permitindo que ele renegocie débitos essenciais, como contas de água, luz e telefone, cartão de crédito, empréstimos.

personais, financiamentos sem garantia real, entre outras dívidas de consumo assumidas de boa-fé

O objetivo principal da lei é evitar que descontos excessivos comprometam toda a renda do idoso. Para isso, garante a preservação do chamado “mínimo existencial”, que é o valor necessário para assegurar alimentação, moradia, saúde e outros direitos básicos.

Quando o consumidor se encontra em situação de superendividamento, o juiz pode determinar um plano de pagamento único, reunindo todas as dívidas e organizando prazos e condições mais favoráveis,

de forma compatível com a realidade financeira do idoso.

As instituições financeiras também são obrigadas a participar de audiências de conciliação e apresentar propostas viáveis, sem juros abusivos ou cobranças ilegais. A lei reforça ainda a proteção contra práticas que atingem especialmente a população idosa.

Entre essas práticas estão a oferta de crédito fácil sem transparência, aumentos ilegais de limite, vendas agressivas por telefone e empréstimos consignados contratados sem autorização clara ou adequada informação ao consumidor.

Para ter direito ao plano de renegociação, o idoso deve comprovar boa-fé e demonstrar que está endividado a ponto de não conseguir manter suas necessidades básicas — uma realidade cada vez mais comum, sobretudo após a pandemia.

A Lei do Superendividamento representa um importante alívio legal para quem está sufocado por dívidas e precisa recuperar sua estabilidade financeira com dignidade. Diante de dificuldades, o ideal é buscar apoio no Procon, Defensoria Pública, advogado de confiança ou outros órgãos de proteção ao consumidor, que podem orientar e iniciar o processo de renegociação previsto em lei.

PSAP/Elektro passa a ser administrado pela Néos Previdência Complementar

Desde 1º de janeiro de 2026, o Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP/Elektro passou a ser administrado pela Néos Previdência Complementar, substituindo a Vivest na gestão do plano.

Essa mudança é administrativa e não altera o plano nem os direitos dos participantes, aposentados e pensionistas. O PSAP/Elektro continua existindo normalmente, com as mesmas regras e garantias já conhecidas.

O que muda e o que permanece igual
Na prática, o que muda é apenas quem administra o plano. As regras continuam as mesmas:
Os benefícios seguem sendo pagos normalmente;
Os direitos adquiridos estão preservados;
As contribuições continuam sendo descontadas em folha, exatamente como acontecia quando o plano era administrado pela Vivest;
Empréstimos já contratados seguem válidos, também com desconto em folha, sem qualquer alteração.

Atendimento e canais de comunicação

Com a mudança, o atendimento aos participantes passa a ser feito pela Néos, que disponibiliza canais próprios para esclarecimento de dúvidas, atualização cadastral e acesso a informações do plano:

Site: www.neosprevidencia.com.br

E-mail: neos@neosprevidencia.com.br

Telefone: 4020-2577 (capitais e regiões metropolitanas) ou DDD + 4020-2577

Outros canais poderão ser divulgados pela própria entidade ao longo do processo de adaptação.

Atuação e acompanhamento do SINTIUS

O SINTIUS está acompanhando de perto essa transição, atento para que nenhum participante seja prejudicado. O sindicato cobrou e garantiu que os descontos continuassem sendo feitos em folha, da mesma forma que já vinham ocorrendo, justamente para evitar prejuízos financeiros, confusão ou desgaste desnecessário aos atendidos. O sindicato seguirá vigilante, acompanhando a atuação da nova administradora e mantendo os representados informados sobre qualquer novidade ou mudança relevante.

AVISO AOS G-ZERO DA SABESP

A Sabesp iniciou em 1º de dezembro, o recadastramento dos G-Zero. Quem nasceu entre dezembro e fevereiro deve se recadastrar até 28 de fevereiro de 2026. Aniversariantes de março a maio farão o procedimento entre 1º de março e 31 de maio. Para os nascidos entre junho e agosto, o recadastramento ocorrerá de 1º de junho a 31 de agosto. Aqueles que fazem aniversário entre setembro e novembro terão prazo de 1º de setembro a 30 de novembro de 2026. As informações devem ser enviadas para o e-mail

SABESP

FALTA D'ÁGUA VOLTA À BAIXADA SANTISTA APÓS 40 ANOS E ESCANCARA OS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Demissões em massa, abandono da manutenção, aumento de tarifa e decisões políticas sem estudo de impacto colocam em risco um direito básico da população.

Baixada Santista – No verão de 2025/2026, a população da Baixada Santista voltou a enfrentar graves interrupções no abastecimento de água, algo que não ocorria de forma recorrente há mais de 40 anos. Cidades como Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá e Cubatão registraram torneiras secas no auge da temporada, justamente quando o consumo é maior. O retrocesso acontece pouco tempo após a privatização da Sabesp,

concluída em 2024 pelo governo estadual. Desde o início do processo de privatização, mais de 5.700 trabalhadores foram desligados entre PDVs e demissões diretas. A redução atingiu áreas estratégicas, como operação dos sistemas de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, atendimento a emergências e funcionamento das Estações de Tratamento de Água e Esgoto. O resultado foi a perda de conhecimento técnico acumulado

ao longo de décadas, sobrecarga das equipes remanescentes, avanço da terceirização e queda na capacidade de resposta a falhas operacionais. Trabalhadores denunciam abandono da manutenção e sucateamento de estações de tratamento na Baixada Santista e no Vale do Ribeira, com unidades operando no limite e intervenções sendo adiadas por critérios de custo. Além de comprometer o fornecimento de água, a situação

afeta o tratamento de esgoto, a saúde pública e o meio ambiente. Apesar das promessas oficiais, a tarifa aumentou após a privatização, fazendo a população pagar mais caro por um serviço instável. Especialistas criticam a venda da Sabesp abaixo do valor de mercado. Para o presidente do SINTIUS, Tanivaldo Monteiro Dantas, a causa é direta: “Demissões em massa desmontam o sistema. Água não é mercadoria, é direito.”



Foto: Tripadvisor

EDITORIAL

**SANEPAR PÚBLICA:
DEFENDER O SANEAMENTO
É DEFENDER A POPULAÇÃO**

Privatizar é aumentar tarifas, precarizar o serviço e punir o povo e os trabalhadores.

- **ÁGUA NÃO É MERCADORIA,**
- **SANEAMENTO É DIREITO**
- **EMPRESA PÚBLICA FORTE É COMPROMISSO COM O POVO.**

SANEPAR PÚBLICA: DEFENDER O SANEAMENTO É DEFENDER A POPULAÇÃO

Sempre que uma empresa pública estratégica como a SANEPAR é atacada, surgem propostas que visam à sua entrega ao mercado. A desmoralização do serviço público e de seus trabalhadores é uma estratégia para justificar privatizações que trazem prejuízos diretos à sociedade.

Privatizar significa tarifas mais altas, pior qualidade no atendimento, perda de controle social e precarização das condições de trabalho. Quem paga a conta é a população, que depende do saneamento para viver com dignidade, e os trabalhadores, que garantem o serviço mesmo diante de cortes, pressão e sucateamento.

O SINTIUS manifesta total apoio aos trabalhadores e às entidades que defendem a SANEPAR pública. Defender o saneamento público é defender a saúde, a justiça social e o direito do povo.

Água não é mercadoria. Saneamento é direito.

Tanivaldo Monteiro Dantas
Presidente do SINTIUS

CETESB

Denúncias ambientais reforçam necessidade de mais fiscais da CETESB na Baixada Santista e Vale do Ribeira

O aumento das denúncias relacionadas a problemas no saneamento básico nas regiões da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira evidencia a necessidade de ampliar o efetivo da CETESB, responsável pela fiscalização ambiental e pela proteção da saúde pública.

Desde a privatização da Sabesp, em julho de 2024, moradores e entidades locais relatam vazamentos de esgoto, falhas na manutenção de estações de tratamento e recorrentes registros de praias impróprias para banho, conforme boletins oficiais de balneabilidade da própria CETESB.

Na Baixada Santista, praias têm recebido bandeira vermelha em diferentes períodos, indicando contaminação da água por esgoto, geralmente associada a extravasamentos de redes e problemas operacionais. No Litoral Sul e no Vale do Ribeira, embora os indicadores sejam historicamente melhores, também há registros pontuais de poluição, sobretudo próximos a rios, canais e sistemas de esgotamento em expansão.

O cenário tem pressionado a atuação da CETESB, que acumula funções de licenciamento, fiscalização e aplicação de penalidades ambientais. Especialistas apontam que, diante do crescimento das denúncias e da complexidade do sistema de saneamento, o número atual de técnicos e fiscais é insuficiente para garantir acompanhamento permanente e respostas rápidas às ocorrências.

A previsão de novos investimentos e obras de saneamento na região amplia ainda mais a demanda por fiscalização ambiental contínua, desde o licenciamento até a operação das estações de tratamento. Sem reforço no quadro técnico, há risco de sobrecarga e atraso na atuação preventiva do órgão ambiental.

A ampliação do efetivo da CETESB é vista como medida de interesse público, essencial para intensificar o monitoramento da balneabilidade, fiscalizar a operação do saneamento e proteger ecossistemas sensíveis e a população da Baixada Santista, do Litoral Sul e do Vale do Ribeira.



Imagem do Instagram



CAMPANHA SALARIAL

CEDRI, START e CDG iniciam diálogo com o SINTIUS para abertura das negociações de ACT e CCT

A CEDRI, a START e a CDG já deram os primeiros passos para a abertura do processo de negociações coletivas com o SINTIUS. A diretoria do sindicato encontra-se em diálogo direto com os representantes das empresas, com o objetivo de dar início às tratativas referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

No centro desse processo, o SINTIUS já encaminhou de forma oficial a pauta de reivindicações da categoria aos representantes da CEDRI, da START e da CDG. O documento reúne as principais demandas dos trabalhadores e expressa o posicionamento do sindicato na defesa de melhores condições de trabalho, valorização salarial e manutenção dos direitos já conquistados.

Em relação à START, o SINTIUS informa que a primeira reunião já foi realizada, porém sem avanços concretos até o momento, o que reforça a

necessidade de continuidade das negociações e de uma postura mais efetiva por parte da empresa.

Embora ainda não haja data definida para as próximas rodadas de negociação, a sinalização é de que as discussões devem começar ainda neste mês. O SINTIUS segue cobrando a definição de uma agenda concreta, reafirmando a necessidade de que as negociações ocorram com seriedade, transparência e respeito à categoria.

O sindicato destaca que a abertura do diálogo e o envio antecipado da pauta demonstram o compromisso do SINTIUS com a organização e a defesa dos direitos dos trabalhadores. A diretoria continuará acompanhando de perto todo o processo negocial e manterá a categoria informada sobre cada avanço ou desdobramento.

Novas informações serão divulgadas assim que a agenda de negociações for oficialmente definida.



JUSTIÇA

Aposentadoria por invalidez:

Decisão do STF frustra trabalhadores e reforça impactos da Reforma da Previdência



Por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na última quinta-feira, dia 19, manter as regras da Reforma da Previdência de 2019 que reduzem o valor das aposentadorias por invalidez foi recebida com frustração pelo movimento sindical.

Além do relator do caso, Luís Roberto Barroso (já aposentado), os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux e Gilmar Mendes votaram para manter a norma para reduzir o valor do benefício para 60% da média aritmética dos salários do trabalhador, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos. Por outro lado, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Flávio Dino e Cármen Lúcia defenderam a mudança na regra para

que a aposentadoria integral fosse concedida também aos aposentados por incapacidade permanente ou doença sem relação com o trabalho.

Os magistrados acolheram recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e entenderam que deve prevalecer a alteração legislativa promovida pela reforma, sob o argumento de preservação do equilíbrio das contas da Previdência Social.

Para a Diretoria do Sindicato dos Urbanitários (Sintius), que representa categorias expostas diariamente a riscos à saúde, como os trabalhadores do saneamento e da energia, a medida consolida um dos pontos mais duros do pacote de retirada de direitos aprovado durante o Governo Bolsonaro,

com amplo apoio da maioria do Congresso Nacional.

A corte validou a mudança no cálculo do benefício que deixou de garantir aposentadoria integral aos trabalhadores incapacitados por doença grave, contagiosa ou incurável. Por exemplo, se um trabalhador descobrir que tem um câncer sem relação com o ambiente de trabalho, ele pode receber até 40% menos do que outro companheiro que tem a mesma doença contraída dentro da empresa, ou seja, provocada pela atividade profissional.

Portanto, a aposentadoria integral ficou válida somente para casos de incapacidade permanente em decorrência de acidente de trabalho.

CPFL PIRATININGA

Mercado aponta CPFL como uma das favoritas para substituir a Enel em São Paulo

Após o anúncio, em 16/12/25, de que a Aneel iniciará o processo de caducidade do contrato da Enel em São Paulo, o mercado passou a apontar a CPFL como principal favorita para assumir a concessão. Relatórios do Citi e do UBS BB destacam a empresa pela experiência em distribuição de energia e pela atuação regional, citando ainda Neoenergia e Energisa como interessadas.

A possível ruptura da maior concessão da América Latina, com cerca de 8 milhões de unidades consumidoras, é vista como uma oportunidade rara no setor. O processo ganhou força após um ciclone extratropical deixar cerca de 2,2 milhões de imóveis sem energia na Grande São Paulo.

NOTA DE REPÚDIO ÀS DEMISSÕES NA CPFL PIRATININGA - BAIXADA SANTISTA

O Sindicato repudia veementemente as demissões que vêm sendo promovidas pela CPFL Piratininga em nossa base territorial, na Baixada Santista. Trata-se de uma medida injustificável, tomada de forma unilateral, sem qualquer diálogo prévio com a entidade sindical, desrespeitando princípios elementares do diálogo social e das relações de trabalho responsáveis.

Historicamente, sempre existiu um canal de diálogo entre o Sindicato e a empresa para tratar de temas sensíveis como reestruturações, adequações operacionais e gestão de pessoal. No entanto, neste caso, a CPFL optou por ignorar esse caminho, não comunicou previamente, não apresentou estudos, tampouco avaliou de forma transparente os impactos dessas demissões sobre os trabalhadores, o sistema elétrico e a população da região.

As demissões ocorrem justamente em um contexto de elevada demanda por mão de obra qualificada na Baixada Santista, região que enfrenta desafios crescentes na operação e manutenção do sistema elétrico, agravados por eventos climáticos extremos, expansão urbana e necessidade permanente de atendimento rápido e eficiente à população.

Os trabalhadores desligados são profissionais experientes, qualificados, conhecedores da realidade local e sem qualquer histórico de má conduta ou situações que justifiquem tais desligamentos. O Sindicato não registra, ao longo de sua trajetória, ocorrências que sustentem esse tipo de medida extrema, o que reforça o caráter arbitrário e injusto das demissões.

Ao promover cortes dessa natureza, a CPFL Piratininga não apenas fragiliza os direitos dos trabalhadores, como também coloca em risco a qualidade dos serviços prestados, a segurança das operações e o atendimento à sociedade, que é diretamente impactada por equipes reduzidas e sobrecarregadas.

Diante desse cenário, o Sindicato reafirma seu compromisso com a defesa dos trabalhadores e exige que a CPFL Piratininga reveja imediatamente essa decisão, suspenda as demissões e retome o diálogo com a entidade sindical, buscando soluções responsáveis que preservem empregos, garantam a qualidade do serviço e respeitem a população da Baixada Santista.

Emprego digno, diálogo social e serviço público de qualidade não são obstáculos à gestão — são condições essenciais para uma empresa que atua em um setor estratégico para a vida e o desenvolvimento da sociedade.

PLR E ALTERAÇÃO DA ESCALA DA SUBTRANSMISSÃO: SINTIUS DÁ CONTINUIDADE ÀS NEGOCIAÇÕES COM A CPFL PIRATININGA

O SINTIUS informa que, neste mês de janeiro, está dando continuidade às negociações da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com a CPFL Piratininga. Paralelamente, também está na pauta a alteração da escala de trabalho dos trabalhadores da Subtransmissão, de 6x3 para 5x2.

O sindicato aguarda a definição de agenda entre a empresa e o SINTIUS para a mesa de negociação ainda neste mês, reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos, melhores condições de trabalho e a valorização da categoria.

Assim que houver avanços, o SINTIUS manterá os trabalhadores e trabalhadoras devidamente informados.

Novos associados

Felipe Marques Xavier - APOS CPFL
Arlindo Gonçalves Ferreira - APOS SABESP
Marcio Timoteo de Oliveira - APOS SABESP
Nelson Alves Tavares - APOS SABESP
Maria Elizabete Almeida de Freitas - APOS SABESP
Amauri Ferreira do Nascimento - Ativo SABESP
Robson de Souza da Silva - Ativo CPFL

Falecimentos

Silene Maria Santos da Silva - Pens.Sabesp - Falecida 18/12/2025
Joaquim Lourenço Pires - Apos.Eletropaulo - Falecido 26/12/2025
José Lopes da Silva - Apos.Sabesp - Falecido 26/12/2025
Ivo Pivato - Apos.Eletropaulo - Falecido 02/01/2026